

HÉLIO DOYLE

J. F. Educação

Dinheiro ou cesta?

Sai Bolsa-Escola, entra Sucesso no Aprender. O que muda na verdade, além da marca e do patrocinador, é um conceito: a bolsa-escola é uma remuneração de R\$ 136 às famílias que mantêm todos os filhos de sete a 14 anos na escola; o programa que o governo do Distrito Federal pretende implantar substitui o pagamento em dinheiro por material escolar, uniforme, cesta básica e assistência médica-odontológica.

Dinheiro ou cesta de produtos dá uma boa discussão. Mas só será boa se for travada no campo das idéias e das políticas públicas, não da política partidária. Uma discussão séria sobre o tema envolve a eficácia dos programas de renda mínima e as experiências realizadas com a bolsa-escola. Um debate bem embasado sobre as alternativas colocadas, para que se possa avaliar se é melhor, em programas como esse, dar dinheiro ou cesta de material escolar e de alimentos.

Os debatedores, se quiserem levar a questão a sério, têm de estar abertos a ouvir os argumentos contrários e assumir uma postura não preconceituosa e isenta. Te-

rão de convencer pela argumentação racional e geralmente difícil, não pela retórica emocional e fácil. Decisões que envolvem a população, em especial a população mais pobre e carente, não podem ser tomadas com base em frases de efeito em cima do palanque.

É importante entender que não há verdades absolutas sobre essas questões e todas as opções são polêmicas, independentemente de posições político-ideológicas. As pesquisas acadêmicas são instrumentos que ajudam a esclarecer e a tomar decisões, mas nenhuma delas — seja lá qual for — é portadora da única e soberana verdade.

O debate ajuda os governantes a escolher e a população a aplaudir ou criticar a escolha. Mas, se esse debate é levado para o campo da disputa partidária, só serve para confundir e afastar a população da essência do problema. Se o GDF está mudando a bolsa-escola por razões partidárias, está errado. Como estão errados os que respondem aos argumentos da secretária Eurides Brito com manifestações partidárias.

O ex-governador Cristovam

Buarque tinha todo o direito de implantar em Brasília o programa Bolsa-Escola. Ele adaptou o programa de renda mínima proposto pelo senador Eduardo Suplicy (do PT) ao salário para estudantes carentes que o prefeito José Roberto Gramia (do PSDB) já pagava em Campinas. O programa tem seus méritos e defeitos e deve ser constantemente avaliado para ser aperfeiçoado — e essas avaliações têm de ser de conhecimento da população.

O governador Joaquim Roriz também tem todo o direito de mudar o programa de seu antecessor. O programa que colocar no lugar da bolsa-escola também terá de ser avaliado e, se der errado, Roriz terá de se explicar à população — aos eleitores, portanto. Assume o ônus ou o bônus da mudança.

É bobagem tornar ideológico o debate sobre a bolsa-escola. É um programa que não é de esquerda nem de direita. Pode ser aplicado, em qualquer de suas versões, pelo PT ou pelo PFL. Sem sustos.

Discussões partidarizadas e histéricas são boas para políticos em busca de votos. São muito ruins para a população.